

Memória e agência no Alentejo. Percepções da paisagem numa aldeia mertolenga.

Júlia Carolino

Julia.Carolino@brunel.ac.uk

Introdução

A presente comunicação incide sobre pesquisa etnográfica realizada na aldeia de Corte Gafo (concelho de Mértola¹) e interessa-se pela relação que os seus habitantes estabelecem com o território que envolve a aldeia.

Particular destaque tem o modo como localmente se vivem as profundas transformações em curso nos campos e nas povoações. À semelhança do que se conhece para o Alentejo no seu conjunto, também esta região foi no passado fortemente marcada pela cerealicultura, tanto em termos materiais como ao nível da imaginação do Alentejo como ‘o celeiro de Portugal’. Com o declínio da produção cerealífera e a par da quebra demográfica que marcou as povoações, o uso da terra alterou-se significativamente, sobretudo no caso das propriedades de maior dimensão, que suspenderam a actividade agrícola e pecuária e passaram a estar exclusivamente vocacionadas para a caça enquanto consumo de luxo. Esta transformação levou à reformulação dos modos de acesso dos aldeãos às grandes herdades.

A compreensão do modo como os habitantes locais vivem tais transformações faz-se aqui com recurso à noção de paisagem; na medida em que esta possibilita uma atenção à diversidade de relações que os grupos sociais estabelecem com o meio físico envolvente. Falar de paisagem remete inevitavelmente para a tensão latente entre a materialidade do território e o simbolismo da representação; relação que se aborda aqui a partir de uma atenção à discursividade e prática social quotidiana.

Deter-me-ei num primeiro momento sobre o modo como, na zona que estudei, a aparência dos campos se associa à afirmação de certos estados sociais e morais. Se a cerealicultura, que marcou profundamente o uso da terra nos meados do século passado, é entendida localmente como uma época de realização plena, a presente utilização da terra espelha, por sua vez, um período de declínio e retorno ao vazio inicial. Neste sentido, memória e percepção sensorial dos campos conjugam-se na construção de uma paisagem moral, onde se ancoram narrativas sobre a natureza da comunidade local.

¹ Entre Outubro de 2002 e Abril de 2004.

Esta leitura reflexiva e significativamente cristalizada da vida local convive, porém, com as dinâmicas suscitadas pelas relações diárias com o território no âmbito de actividades como a caça, onde a relação com o campo vai sendo reconstruída quotidianamente. Daí emerge uma paisagem muito mais instável e intimamente relacionada com as vivências concretas dos lugares. Procurarei demonstrá-lo na segunda parte desta comunicação, a partir de uma atenção ao modo como, ao frequentar a terra, os habitantes locais vão actualizando a imagem que fazem da mesma à luz das suas experiências.

Da aparência dos campos. Uma paisagem moral

‘Tudo se acaba. Até a gente’

De acordo com um antigo pastor, o nome da aldeia que estudei - Corte do Gafo - deve a sua origem à existência passada de uma *corte* no local; sendo *corte* o nome que se dava antigamente ao abrigo que o pastor fazia para si quando acompanhava o gado nos campos. No caso da aldeia em questão, a construção que terá dado origem ao seu nome terá sido construída por um homem de nome Gafo, na época em que tudo estava ainda coberto de mato e antes de cercarem as primeiras terras.

Mais do que por apurar a razão de ser do topónimo Corte do Gafo², tal esclarecimento é interessante por dar expressão ao modo como os habitantes da área representam e narram as origens das povoações ali existentes. A memória local evoca uma área originalmente coberta de mato e, como tal, *vazia*. A este estado de vazio inicial, sucedeu-se um processo de humanização da área, tendo a terra sido apropriada por antepassados dos actuais habitantes e humanizada pelos seus descendentes. Assim se constituíram a *aldeia* e os *montes* e se organizou o território que lhes *pertence*; território que emerge como uma realidade simultaneamente una - a que se chama *o campo* - e divisa: um puzzle de propriedades estreitamente associado à história das gentes e moldado por esta. Este processo teve o seu apogeu com a Campanha do Trigo, altura em

² Sendo um topónimo frequente, simples e em formas compostas, sobretudo para o Sul, *corte* é um substantivo feminino significando ‘lugar onde se criam animais domésticos’, ‘certa extensão de terreno lavrado’. A expressão Corte do Gafo aponta para a presença passada de um leproso na região, já que o adjectivo *gafo* remete para o substantivo *gafa*, tendo este um sentido aproximado ao de lepra (cf. Machado, J.P. [s.d.]; Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa, Lisboa: Confluência).

que as extensões de mato foram exaustivamente transformadas numa terra produtiva e em que ‘se colheu muito trigo e muita cevada’.

Narrativas deste tipo contribuem para a construção de específicas concepções do tempo e do espaço, associando a aparência dos campos à evocação de certos estados sociais. Na referência à cerealicultura, apreciação estética e visão moral estão intimamente relacionadas: as searas são a expressão por excelência de uma época de apogeu; suscitando imagens de realização plena do potencial humano. Quando dedicados ao cultivo do trigo, os campos apresentam-se limpos e agradáveis, espelhando o esforço das gentes e, sobretudo, o *brio* dos homens. Esta visão do campo tem continuidade na evocação de aldeias e montes densamente povoados no passado; aos quais se atribui hoje uma decadência nos modos de vida. Do mesmo modo, o regresso das extensões de mato convoca a ideia limite de *vazio* e, com ela, interpretações do presente como declínio. Neste contexto, a transformação do campo é pensada à imagem da vida humana, com o seu ciclo de nascimento, crescimento, decadência e morte. Sobretudo para os mais velhos, que evocam as searas de outrora, o campo de hoje ‘já não é nada’.

É com esta sensibilidade que são entendidas as actuais transformações no uso da terra; nomeadamente no que se refere à transformação das grandes herdades em coutadas de caça, vocacionadas para actividades de lazer de uma elite não local.

Para os habitantes do território em estudo, são várias as razões que levaram ao declínio da cerealicultura, nomeadamente o facto de sucessivos maus anos agrícolas terem precipitado os seareiros para situações de endividamento e ruína. Particular destaque tem, porém, a ideia de que terá sido sobretudo a avidez dos lavradores, ao exigirem demasiado em troca da terra que ‘davam ao pobre’ para semear, que terá levado ‘os pequenos’ à miséria. A actual transformação nos usos do solo traduz-se aos olhos locais num processo de exclusão dos ‘pequenos’ do acesso à terra; sobretudo no caso das herdades exclusivamente dedicadas à caça como consumo de luxo. Na perspectiva local, a gestão das herdades com o objectivo único da caça constitui um modo limitado e egoísta de uso da terra; uma ideia que se encontra condensada na afirmação de que ‘o Alentejo agora é só [coutos]. É só para negócio’ e que, por contraste, representa o sistema de cedência de parcelas a seareiros, característico da produção latifundiária do trigo, como um modo de partilha da terra.

Aos ricos é atribuído o dever moral de partilhar os bens na sua posse. Se a avidez os torna detestáveis, a dádiva e o desprendimento enaltecem-nos. Memórias relativas a

lavradores influentes no passado ilustram esta visão. É o caso da que distingue entre um lavrador, famoso pela forma cruel de tratar os seus trabalhadores, e a sua esposa, notável pela sua compaixão e despojamento pessoal:

... havia um lavrador que era muito mau. Se um empregado lhe pedia um aumento, mandava chamar a GNR e fechava-o na cavalaria. ‘Era um grande PIDE.’ Mas a mulher dele era muito boa, diziam até que tinha qualquer coisa de santa.

... quando ia ver as merendas que o pessoal levava para o campo no dia seguinte, [o lavrador] achava sempre que era tudo demais. Mas ela vinha, depois de ele se deitar, e acrescentava uma porção de presunto, ou de queijo...

[notas de campo; Julho de 2003]

Esta visão dos lavradores e latifundiários ecoa significativamente o conhecimento disponível sobre o conflito de classes no Alentejo. Vale a pena, no entanto, atender ao modo como ela se liga a concepções mais transversais da vida local. Entre pares, no dia-a-dia local ou nas grandes questões, a gestão de um delicado equilíbrio entre a prossecução do próprio interesse e a atenção para com os outros envolve e interessa vivamente a totalidade dos habitantes da aldeia; sendo mesmo, aqui e além, avaliada explicitamente. De um modo geral, considera-se localmente que as pessoas se tornaram ‘mais egoístas’, na medida em que exigem mais para si e se preocupam menos com o impacto que a sua conduta tem sobre os outros. Considere-se, por exemplo, a seguinte conversa:

S - [antigamente] todos os sábados caíava-se as ombreiras. ... Todos os sábados lavava-se os solos. E eu, a semana passada não os lavei e agora também não!

...

Quando a gente namorava tinha de caiar as ombreiras e o pial! ... essas moças agora já não sabem o que é. Namoram mas não se chegam já a andar engraxando para os namorados. A gente noutro tempo tinha de se amanhlar.

J – Era por isso que caiavam as ombreiras, para elas estarem bonitas?

S – Pois, vinham os namorados, tínhamos de lavar os solos, caiar as ombreiras, o chupão. Essas moças agora, tenham namorado ou não tenham, já não se andam assim assoprando. Esteja como estiver! Já não têm esse brio.

Ligada a noções da própria dignidade (*‘brio’*) e de respeito pelos outros, esta conduta moral tem implicações na aparência que as pessoas, a aldeia e os campos assumem, reportando-se a formas codificadas de apresentação de si, de conduta em público, de interpelação do outro.

Para a sensibilidade local, a actual aparência dos campos e das povoações não só espelha um comportamento mais egoísta por parte dos grandes proprietários de terra que optaram pela conversão de propriedades agrícolas em reservas de caça, como também interpela a qualidade moral dos aldeãos, que criticam sobretudo as gerações mais novas por não investirem nas suas actividades o mesmo cuidado de outrora.

A relativamente recente antropologia do espaço e da paisagem tem vindo a apontar como interessante constante etnográfica o facto de, em contextos culturais muito diversos, a configuração e denominação dos lugares ser ancora de narrativas míticas que são centrais no modo como os grupos interpretam e se representam a si próprios e às suas circunstâncias de vida. Também para o caso em estudo esta asserção é válida. No território estudado, os campos convocam, pela sua aparência, narrativas que informam significativamente o modo como os habitantes se pensam como comunidade ao longo do tempo e no espaço e como interpretam o presente. Neste sentido, o caso em estudo é elucidativo da relação poderosa entre a topografia e o domínio do simbólico.

Esta abordagem predominantemente discursiva possibilita-nos, no entanto, uma visão apenas parcial do modo como os habitantes da Corte Gafo se relacionam com o seu território. Pelo contrário, numa atenção às práticas quotidianas, onde experiência, percepção e representação se implicam mutuamente, a paisagem emerge como realidade muito mais dinâmica.

Toponímia e topografia. Uma paisagem instável.

No dia-a-dia, o relevo geológico tem um papel importante no modo como os habitantes da Corte Gafo se referem ao meio físico envolvente, sendo permanente a atenção a *cerros, cabeços, corgos, baixas, covas*, entre outros. Os cursos de água (*barrancos*) são também uma referência constante, tanto nos nomes mais perenes como na orientação mutua que ocorre no decurso de actividades concretas, como é o caso da caça. O dois cursos de água mais importantes – o rio Guadiana e a Ribeira de Terres constituem duas referências orientadoras significativas, além de naturalizarem a percepção de um território local que se delimita a este e a norte pelos mesmos.

Uma a atenção às designações utilizadas leva no entanto a que rapidamente constatemos que nos termos usados as referências ao relevo físico raramente surgem por si só. Pelo contrário, elas são normalmente integradas em designações compostas que associam percepção sensorial, práticas e memórias. Um exemplo particularmente interessante deste tipo de associação é o do recurso às expressões *soalheira* e *umbria* como designações localizadoras. Ambas se referem a encostas, sendo uma *soalheira* a encosta ‘que é banhada pelo sol quando este se levanta’ e a *umbria* a encosta oposta, que permanece mais tempo na sombra. Estas categorias mobilizam um conhecimento do relevo geológico, já que indicam a orientação das encostas, mas também um património de conhecimentos intimamente relacionados com a pastorícia e a agricultura. De acordo com os meus interlocutores, ‘nas soalheiras a terra é seca e saudável’ e as pastagens e searas são de melhor qualidade. As noções de *soalheira* e *umbria* associam-se, ainda, à experiência incorporada dos lugares: do calor e secura que a exposição ao sol confere a um local, por oposição à frieza/frescura das sobras.

Para referir localizações, as soalheiras e umbrias são expressões usadas quase sempre como uma especificação, como no caso de ‘a soalheira voltada ao Barranco do Perna Azul’. Para as pessoas que acompanhei durante actividades no campo, estes conceitos conferem competências básicas de orientação que são aplicadas em situações muito diversas. Elas não constituem, porém, categorias puramente abstractas (como, por exemplo, os quatro pontos cardeais) sendo, pelo contrário, mais semelhantes aos usos substantivos que fazemos das noções de norte e de sul.

Outras designações ilustram o mesmo fenómeno. No que se refere à relação entre relevo físico e experiência incorporada, é interessante constatar que uma encosta é também designada ‘uma barreira’; expressão que alude à dificuldade que se coloca ao caminhante, relacionando o relevo físico e a experiência do corpo no contexto de uma actividade (caminhar). No que se refere à relação entre relevo e práticas sociais, é significativo o facto de pequenas extensões serem designadas pela aparência resultante das práticas humanas. É o caso de designações como ‘a limpa’, para referir uma área de terra lavrada, ou ‘o projecto’, para referir uma área onde foram plantadas árvores com apoio financeiro resultante da política agrícola. Finalmente, a relação entre características bio-físicas e simbolismo é aparente na oposição conceptual entre terra brava - a terra ‘que nunca viu a luz do dia, sendo considerada uma matéria

desorganizada e infértil - e terra mansa, tornada dócil e produtiva pela actividade humana, através da lavoura ou do pastoreio.

Se, por outro lado, nos detivermos sobre os usos práticos da toponímia, constatamos que abordada geralmente na sua qualidade de testemunho do passado, a mesma consiste em algo menos estático do que essa perspectiva sugere. Apesar da ideia de permanência suscitada pela perenidade das designações, em muitos casos a localização a partir de nomes antigos ganha novos significados, porque usada num contexto novo. Atendamos à seguinte troca de palavras, ocorrida no decurso de uma caçada ao javali:

A – ... aqui havia uma courela, nesta zona, estes terrenos que eram de ... chamavam-lhe o Tio Lampreia, era daqui da Corte Gafo de Baixo. Depois o meu patrão comprou esta terra.

J – E chamam-lhe ainda a Courela do Tio Lampreia?

A – É sempre a Courela do Tio Lampreia. Apesar de não ser dele, mas é a Courela do Tio Lampreia, há-de ser toda a vida.

F (via rádio) – Já chegaram à Courela do Tio Lampreia?

A – Sim, estamos aqui à casa.

Simultaneamente abstráido e evocativo das práticas que lhe deram origem, este topónimo reporta-se a uma realidade anacrónica, já que não só a pessoa mencionada não é viva como as relações de propriedade que nomeia foram substituídas. O nome opera, porém, num contexto novo, em que a informação veiculada pela designação é interpretada por referência às práticas das caçadas. Designadamente, o âmbito e direcção dos percursos realizados pelos *batedores*; o seu posicionamento relativamente às *portas* onde os caçadores aguardam; o impacto esperado no comportamento dos animais a caçar. É por relação com estas realidades que a informação de que o batedor se encontra ‘na Courela do Tio Lampreia’ é interpretada.

A par dos novos sentidos atribuídos à toponímia antiga, múltiplas actividades vão sendo como que objecto de sedimentação no decurso dos diversos eventos que marcam a vida local. As mesmas fixam-se forma de novos topónimos, num contínuo processo de recriação da paisagem local. Tal acontece, por exemplo, no âmbito da caça à perdiz e ao javali. Durante a preparação para uma *batida*, a área a ser caçada é mentalmente dividida em *manchas*, ou seja, áreas que serão percorridas (batidas) por homens (batedores), com o intuito de fazer convergir a caça para os locais onde se encontram colocados os caçadores. No decorrer de cada batida, os caçadores aguardarão a chegada

da caça em locais específicos, designados por *portas*. As manchas e portas que se definem por ocasião das caçadas são à partida localizações efémeras, adquirindo realidade apenas no decurso da actividade e na medida em que são percorridas pelos batedores (no caso das *manchas*) ou ocupadas pelos caçadores (no caso das *portas*). No entanto, a sua performance dá origem a memórias que são partilhadas entre os que nelas tomaram parte; pessoas que poderão em conjunto lembrá-las (assim as trazendo à realidade), associando as mesmas a certos acontecimentos e certas narrativas. Deste modo, tais localizações efémeras começam a ganhar a densidade de lugares, num processo que se reforça através da repetição de performances nessas mesmas *manchas* e *portas* (que tendem a repetir-se ao longo de vários eventos de caça). Com o decorrer do tempo e com a repetição, estes novos lugares começam a estruturar o modo como os participantes se relacionam com os territórios em causa; um processo que se torna visível à medida que designações transitórias se transmutam em nomes próprios. Por exemplo, quando entre aqueles que participam regularmente nestes eventos de caça, a referência à porta x deixa de ser uma mera indicação momentânea para se tornar numa designação estável de determinado lugar.

Conclusão

Argumentámos neste texto que uma atenção às práticas que caracterizam a vida quotidiana na aldeia estudada e que dão forma às relações materiais estabelecidas com o território local desafia a visão tendencialmente intemporal que emerge de um entendimento puramente discursivo da paisagem.

Submetidos a uma exploração mais extensiva do que a que caracterizou a era do trigo, os campos suscitam pela sua aparência narrativas a partir das quais o presente é interpretado como uma época de declínio. Tal sensibilidade convive, porém, numa relação tensa e dinâmica, com a forma como o campo é percorrido no presente, nomeadamente no âmbito das actividades ligadas à caça. Vimos que embora as formas de representar o território se apoiem significativamente em realidades perenes, como é o caso do relevo geológico ou a toponímia antiga; estas são mobilizadas para a produção de sentido em estreita associação com dimensões mais fluídas da realidade. Designadamente, no quadro das actividades concretas que levam os habitantes ao campo e em estreita associação com a experiência sensorial do mesmo. No decurso de práticas sociais diversas, novas imagens emergem da vivência quotidiana, interpelando

a narrativa dominante a partir da qual a aparência dos campos é mobilizada para a compreensão do presente. A paisagem surge, assim, como uma realidade instável, em mutação.